

Ex-secretário admite favorecimento

JEFFERSON RUDY

O ex-secretário de Saneamento do extinto Ministério da Ação Social, Walter Anichino, admitiu ontem, em depoimento na CPI do Orçamento, que sua empresa — Stengel — participava de obras prioritizadas em sua secretaria, através do Plano Nacional de Urbanização (Planurb), do Governo Collor. Esse procedimento era semelhante ao do deputado José Geraldo (PMDB-MG), que privilegiava emendas que beneficiassem suas empresas.

Durante os 22 meses em que foi secretário de Saneamento, Anichino continuou recebendo dividendos das ações da Stengel, que pagava, também, suas passagens de ida e volta a São Paulo. Anichino não conseguiu explicar porque, tendo se afastado da empresa, a Stengel continuou depositando em sua conta bancária altos valores. Ele também não esclareceu a origem dos depósitos, em dinheiro vivo.

Anichino também não apresentou justificativas claras para ter movimentado 497 mil dólares, em 1990, quando sua renda declarada foi de apenas 36 mil dólares. Ele disse que se tratava de lucros de sua empresa Vima Participações. O ex-secretário chegou a admitir que omitiu movimentação bancária em sua declaração de renda de 1991.

Diante da possibilidade de a empresa ter sido privilegiada com o b r a s d o Governo, Mercadante solicitou à CPI a quebra do sigilo bancário e fiscal da Stengel e da Vima, outra empresa de Anichino voltada para a área de assessoria de saneamento.

A explicação que não convenceu os parlamentares foi de que, por motivos éticos, se afastou da



Walter Anichino: movimentando US\$ 497 mil e declarando só 36 mil

empresa, vendendo sua parte aos outros dois sócios. Como eles não tinham como pagá-lo, continuaram a depositar os dividendos, num total de 700 mil dólares. Quando deixou o Governo, Anichino retomou as ações que, na opinião do deputado Aloísio Mercadante (PT-SP), nunca deixaram de pertencer a ele.

Anichino deixou várias perguntas sem resposta, alegando ter recebido a convocação para depor 24 horas antes. Ele, no entanto, disse que abandonou um pró-labore entre dez e 15 mil dólares por mês e o comando de suas empresas por ter acreditado no programa de saneamento do Governo Collor. ele informou ter sido convidado pela ex-ministra Margarida Procópio, negando a indicação de Leopoldo Collor, irmão do ex-presidente e presidente do PRN paulista.

O “amor à causa” não convenceu os parlamentares, que estranharam a disparidade entre a movimentação bancária de Anichino e sua renda declarada à Receita Federal. Nos quatro anos pesquisados pela CPI, de 1998 a 1992, Anichino movimentou cerca de 1,3 milhão de dólares. Segundo ele, grande parte dessa renda tinha origem em dividendos dos fundos ao portador.

Anichino fez acalorada defesa do Prosege (programa de saneamento do governo Collor, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento) e disse que “muita gente”, numa alusão a empreiteiros, como Cecílio do Rego Monteiro, da CR Almeida, quis denegrir a imagem do programa. “Quatrocentos milhões de dólares poderiam gerar 300 obras ao custo de 60 mil dólares e isso feria o interesse de muita gente”, afirmou.